

Almeida, Maria Antónia Pires de (2002), “Escravo”, Conceição Andrade Martins, Nuno Gonçalo Monteiro (orgs.), *A Agricultura: Dicionário das Ocupações*, Nuno Luís Madureira (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações*, vol. III, Oeiras, Celta Editora, pp. 180-186. ISBN: 972-774-133-9.

Escravo.

Grupo: Trabalhadores.

Variantes: Cativa, Cativo, Escrava, Liberta, Liberto, Preta, Preto, Servo.

A participação de escravos na agricultura portuguesa está ainda pouco estudada e merece um maior aprofundamento. É suficientemente conhecida a importância dos escravos na agricultura colonial brasileira, sem falar do sul dos Estados Unidos e nas ilhas das Caraíbas. Abundam estudos sobre a origem africana dos escravos na época moderna e o respectivo tráfico. Contudo, no território português a sua presença parece estar oculta pelas características da própria instituição da escravatura. Na maior parte das vezes a sua existência só se apura nas fontes de forma indirecta e a elaboração de estatísticas apresenta-se uma tarefa difícil, se não de todo impossível. A acrescentar a tudo isto, o tema em si parece levantar pouco interesse entre os historiadores. Parece ser inconveniente falar de escravatura num país que foi dos primeiros que aboliram o comércio de tais mercadorias, enquanto no seu território havia ainda pessoas a ser compradas e vendidas. Por outro lado, nas áreas da Sociologia e da Psicologia Social abundam os estudos sobre o racismo.

Os escravos foram abordados, por exemplo, por Albert Silbert e Álvaro Ferreira da Silva, incluídos em temas mais vastos, mas estudos específicos só encontramos os de José Ramos Tinhorão e de Jorge Fonseca. Este último apresenta-nos estatísticas importantes para o sul do país: Montemor-o-Novo, Évora, Vila Viçosa e Faro. Mas continuamos sem dispor de quaisquer informações sobre o norte de Portugal.

A mistura étnica que se verificou no Alentejo como resultado da presença árabe e judia e da importação de escravos negros a partir do século XV foi apontada pelo menos desde a obra do Padre Severim de Faria (1655), como causa da indolência e da degeneração actual do povo e da agricultura dessa região. Segundo grande parte dos autores dos finais do século XVIII, como António Henriques da Silveira, Domingos Vandelli, Soares de Barros, as conquistas no norte de África e os descobrimentos foram a causa da decadência da agricultura e do povo português, pois foram

responsáveis pela saída da mão-de-obra dos campos e pelo despovoamento rural. Basílio Teles (1899) aponta os escravos e a influência dos árabes na perguiça e orientação industrial dos Alentejanos, o que os afasta do cultivo da terra. Sobretudo a expansão, a quimera ultramarina, foi responsável pela “anemia da lavoura” e pela “introdução de novas massas de povileu inferior, e até selvagem; dissolução de costumes; abastardamento de character; e, por inevitável epilogo, a ruina. (...) Conquistou o mundo é certo; mas consumiu e devorou um povo.” E acrescenta que “No tempo de D. Manuel, julga-se necessario prohibir expressamente no Minho o arroteamento dos baldios, de tal modo se multiplicava a gente n’esta provincia portugueza, emquanto no sul só a introdução de bandos sobre bandos de escravos ia tapando os buracos, abertos entre a gente de trabalho pelos que se largavam nas armadas.” (Telles, 1899). Oliveira Martins (1887) também escreveu sobre o berberismo das populações mediterrânicas e, ainda no século XX, Ezequiel de Campos aponta as características étnicas da população do sul como um dos estorvos ao alargamento e a intensidade das culturas (1913, *in* Cabral, 1974). António Sérgio também salientou a vinda dos escravos como uma das consequências nefastas da Expansão: “Vinham por esse tráfico para Portugal, além de vários objectos, muito oiro e escravos, que começaram a substituir os brancos nos misteres pela metade meridional do País, com grande prejuízo da estabilidade social.” (Sérgio, 1929).

Leite de Vasconcelos, na sua obra etnográfica, identifica zonas de maior influência destes povos, sobretudo em Alcácer do Sal, onde ele descobriu uma comunidade com fortes características negróides, as quais ele descreve ao pormenor e até apresenta fotografias para provar a sua tese. Na mesma linha, e com o intuito de demonstrar a grande diversidade e integração do povo português, Pires de Lima (1940) e o Padre António Brásio (1944) refletem a ideologia condescendente do Estado Novo. Pires de Lima escreveu sobre *Mouros, Judeus e Negros na História de Portugal* para as festas comemorativas do VIIIº centenário da Fundação de Portugal e salientou a importância dos 700 a 800 escravos que nos séculos XV e XVI todos os anos chegavam de África: “Prestavam grande serviço no reino, povoando terras e arroteando matagais”. No entanto, também para este autor a influência destes povos foi negativa: “O Alentejano move-se devagar: e como havia êle de ser ligeiro, se o corpanzil, os *çafões* (...) a pachorra ingénita, que herdaria dos Árabes, o impedem de se mexer?”. Quanto à escravatura, este autor admite que de facto em Portugal houve escravos, que em

Portugal existem ainda pessoas de outras raças, “Mas quási sempre, os Negros são tratados carinhosamente. O povo designa-os quási sempre no diminutivo: «Vi um pretinho»”. António Brásio, por sua vez, salienta o carácter humanitário da escravatura portuguesa, o que a distingue, por exemplo, dos EUA, que ainda hoje ficam “muito àquém do humanismo cristão com que sempre os portugueses trataram o prêto”! Para o provar cita Zurara e afirma que os escravos eram muito bem tratados: “não faziam dêles diferença aos servidores livres, naturais da própria terra, antes aquêles que cobravam de pequena idade faziam ao diante ensinar a ofícios mecânicos (...) e casavam com mulheres naturais da terra...”. Em Portugal “O prêto era, não um escravo à maneira dos matos do Brasil, das Antilhas, da Reunião, dos estados meridionais da América do Norte, mas um serviçal, ou melhor ainda, um criado”. Este autor ainda refere que, em 1554, 10% da população de Lisboa era constituída por escravos. E tal como todos os que escrevem sobre este tema, salienta os vestígios deixados por esta população: a sua obra inclui capítulos sobre a “língua de preto” – diz que mesmo que Deus os transforme em brancos por algum milagre, nunca conseguirá tirar-lhes o sotaque – , os negros no folclore português e nas lendas, as confrarias em Lisboa, Évora (1518), Lagos, Elvas (1583) e Setúbal (1584).

No *Dicionário de História de Portugal*, o artigo “Escravatura” salienta a importância dos escravos trazidos das Canárias para a Madeira desde o século XIV, “alguns dos quais mestres no fabrico do açúcar.” (Miguel, DHP, 1981). Segundo o autor, “Os primeiros cativos negros chegaram à metrópole cerca de 1441. Anteriormente era costume aprisionar canários e marroquinos em assaltos quer terrestres quer à navegação.” Estes eram sobretudo usados em trabalhos domésticos. Os chineses eram particularmente apreciados pelas suas qualidades culinárias. A importância dos escravos na agricultura revelou-se desde cedo com o seu uso nos trabalhos de desbravamento de matos, secagem de pântanos, enfim, nos “mais duros trabalhos agrícolas”. É de notar que ainda em 1981 a linguagem usada é semelhante à dos finais do século XIX. Citando Clenardo (1472), este autor não deixa de apontar, como consequência da abundância de escravos, o “abastardamento dos costumes”, a “falta de disciplina moral” e a responsabilidade por toda a decadência e pela ociosidade do povo português.

Em 1988 a obra de Ramos Tinhorão vem alterar a abordagem deste tema, salientando o que de positivo foi deixado pelos *Negros em Portugal*, sobretudo nos aspectos

culturais. Segundo este autor, a grande necessidade da mão-de-obra escrava esteve ligada à Peste Negra dos finais do século XIV e o consequente aumento do valor das jornas; ao desenvolvimento do comércio internacional do final da Idade Média e à Expansão, que fez aumentar a necessidade de mão-de-obra nas cidades do litoral, ligada aos serviços, construção naval, comércio. Tinhorão chama também a atenção para o facto da empresa dos descobrimentos ter tido como um dos principais objectivos a obtenção de escravos. Logo em 1415, a conquista de Ceuta possibilitou o aprisionamento de várias personalidades mouras de certa importância social que foram trocadas por um maior número de cativos de pele escura e com menor valor. Tinhorão cita também o cronista Zurara e as negociações do emissário Alfaqueque, e dá o exemplo de 2 escravos cativos mouros que Antão Gonçalves trocou por 10 negros dos mais variados pontos da África sub-sahariana. Portanto os negros vinham para Portugal como resultado de conquistas militares, comércio ou resgate com mouros do Magrebe. Este fenómeno foi legitimado no século XV pela Bula *Romanus Pontifex*, do Papa Nicolau V, de 8/1/1454, que estabeleceu as normas básicas da acção colonizadora ao regulamentar as novas cruzadas que se lançavam contra os pagãos: fala em “reduzir à fé não só os sarracenos, inimigos dela, como também qualquer outros infiéis. Guinéus e negros tomados pela força, outros legitimamente adquiridos foram trazidos ao reino, o que esperamos progreda até à conversão do povo (...) concedemos ao dito rei Afonso (V) a plena e livre faculdade, entre outras, de invadir, conquistar, subjugar a quaisquer sarracenos e pagãos, inimigos de Cristo, suas terras e bens, a todos reduzir à servidão e tudo praticar em utilidade própria e dos seus descendentes...” (Ribeiro, 1995).

Nesta época o escravo era visto como um “aparelho gerador de força e movimento utilizáveis no trabalho (...) possibilidade do seu emprego no campo, ao lado do trabalho animal, e, na cidade, como prestador de serviços ou produtor de artigos artesanais” (Tinhorão, 1988). Como benefícios da presença negra na cultura portuguesa, Tinhorão aponta a “proliferação de padres, artistas e intelectuais de pele escura em Portugal, desde o séc. XVI”. Este fenómeno é descrito como resultado da grande produção de mestiços, filhos de padres com criadas e escravas negras. Escreve ainda sobre a influência negra no fado, tese aliás muito discutível. E salienta a presença de escravos no Ribatejo, a trabalhar como campinos e a participar nas pegas de touros, como parte lúdica das touradas nos intervalos das lides dos cavaleiros.

Maria do Rosário Pimentel também escreveu sobre o tema, salientando que “é clara a intenção de adquirir nas terras africanas um suplemento de braços para os trabalhos agrícolas em Portugal, o que, aliás, não sendo novidade, vinha na sequência da utilização do mouro, dos guanchos e, por vezes, de um ou outro branco, como escravos (...) À medida que os escravos chegavam, iam preenchendo o lugar de muitos naturais do reino. Nas cortes de 1472, o povo notou com regozijo o número dos que aqui existiam, pois era com eles que se desbravavam as matas, secavam os pântanos e se faziam outros duros trabalhos, necessários à fundação de novas povoações” (Pimentel, 1995). Esta autora descreve também a chegada dos contingentes ao Algarve e ao Porto e nota que grande parte dos escravos desembarcados não ficavam na metrópole: muitos “encontravam-se apenas de passagem, aguardando exportação para Espanha ou para as Índias de Castela.”

De facto, se entre os séculos XII e XV, os escravos tinham um número insignificante na sociedade portuguesa (Marques, 1981), com o início da Expansão, a sua presença tornou-se muito mais forte do que vulgarmente se admite. Nos Forais Manuelinos abundam referências a escravos tanto a norte como a sul de Portugal. Na consulta a esta fonte foram encontrados *Escravos* em 68 localidades entre 1500 e 1519 e *Escravas* em mais 5 localidades, entre 1510 e 1517. Por outro lado, esta fonte refere apenas um *Servo*, em Torres Novas, 1510, o que permite constatar a diminuição da importância desta categoria em relação ao aumento significativo da outra.

Num documento de 1535, Clenardo, o mestre do Infante D. Henrique escreveu: “Os escravos pululam por toda a parte. Todo o serviço é feito por negros e mouros cativos (...) Dificilmente se encontrará uma casa onde não haja pelo menos uma escrava destas. É ela que vai ao mercado comprar as coisas necessárias, que lava a roupa, varre a casa, acarreta a água e faz os despejos à hora conveniente”. As fontes consultadas localmente, desde os Livros de Décimas, Registos Paroquiais e registos da Casa de Bragança em Vila Viçosa permitem-nos afirmar que o meio rural português e sobretudo a região do Alentejo no século XVI tinha uma população escrava muito significativa, que nalguns anos atingiu mais de 10%. Jorge Fonseca apurou que, por exemplo, na paróquia de St^a M^a da Vila, em Montemor-o-Novo, entre 1533 e 1600, 17,24% das crianças baptizadas eram escravas (Fonseca, 1997). As mulheres eram utilizadas maioritariamente nos serviços domésticos e valorizadas pela sua capacidade de produzir mais escravos. “A população escrava provinha quer da

reprodução das escravas, quer da importação” (Fonseca, 1996). Os registos paroquiais são uma fonte muito importante para verificar esta realidade: por exemplo em Avis, entre 1729 e 1733 encontram-se várias referências a escravas na posição de mães (uma teve 3 filhos nestes 4 anos) e de madrinhas. Viviam sobretudo em montes e herdades e apresentavam as grafias: *escraua*, *ejcraua*, *escrava*. Apesar de serem baptizados e poderem casar, por vezes até com não-escravos, o seu nome frequentemente nem é apresentado: a referência nestes registos limita-se a “o escravo de...”.

Os homens constituíam uma importante força de mão-de-obra na agricultura e na pecuária da região. Jorge Fonseca recenseou as seguintes actividades de escravos em Évora no séc. XVI: *Andando guardando gado*, *Apanha de azeitona*, *Azemel* (ver **Almocreve***), *Barbeiro*, **Boieiro***, *Carregador*, **Carreteiro***, *Com carretas carregadas de pão*, *Cerieiro*, *Condutor de azémolas*, *Cozinheira*, **Cozinheiro***, *Criada doméstica*, **Criado***, *Criado de lavrador*, “*Escravo de Bastião de Macedo, guarda-roupa do Infante*”, *Escravo do tesouro*, *Escravos da estrebaria*, *Forneira*, *Lavrador*, *Negros da cozinha*, *Padeira*, “*a “vender pão na praça desta cidade”*”, *Pasteleiro*, **Pastor***, *Pastoreio de cabeças de gado*, **Porqueiro***, *Procurador*, *Regateira*, *Sapateiro*, *Tratador de cavalos*, **Vaqueiro***, *Varredor*, *Vendiam pelas ruas*. Em Vila Viçosa, a Casa de Bragança tinha 36 escravos em 1594, com as profissões de *Chameleiro* (músico que tocava charamela, um instrumento de sopro); *Músico* (quando a comitiva do legado do Papa Pio V entrou em Vila Viçosa, “soaram os atabales, tocados por pretos, os pífaros...”); *Moço da cozinha*, *Moço da mantearia* (“dous moços da mantearia, que punham a mesa e copa, e dous servidores escravos para irem por água e lavarem a prata”). Aparentemente também eram um elemento essencial da estrebaria do duque: “Sempre que o Estribeiro-mor visitava (a estrebaria) assegurava-se de que «cavalos, como jaezes, escravos e todas cousas necessárias da estrebaria se proviam por sua ordem». Havia aí «vinte mouriscos escravos para alimpar os cavalos e mulas e fazerem o serviço de estrebaria, e irem buscar cevada e palha», os quais estavam a cargo de cada um dos estribeiros” (Fonseca, 1997).

Este autor enumerou ainda as profissões dos proprietários de escravos: eram sobretudo os lavradores (“No reduzido efectivo de pessoal permanente ao serviço de cada lavrador figuravam escravos, ao lado de homens livres.”, Évora, Fonseca, 1997), mas também havia muitos artesãos e comerciantes. No que diz respeito aos artesãos,

alguns ensinavam os seus ofícios aos escravos e depois até permitiam que estes comprassem a sua alforria com o que ganhavam. Jorge Fonseca afirma que os escravos podiam fazer trabalhos para ganharem o seu dinheiro, pagando uma comissão ao proprietário, sobretudo em actividades comerciais e serviços eventuais. “Igualmente se utilizavam nas mais variadas tarefas domésticas ou nos trabalhos de artífice que os compradores, propositadamente, lhes faziam aprender. Impunha-se esta aprendizagem, sobretudo quando o senhor pretendia alugar o serviço do seu escravo. Neste caso, o escravo recebia um salário como trabalhador livre, com a diferença de que revertia para o dono” (Pimentel, 1995).

Na agricultura, os escravos eram utilizados como **Criados de Lavoura*** e teriam um tipo de vida e condições materiais muito semelhantes aos de todos os outros trabalhadores rurais, “não se distinguindo dos demais senão pela raça e pelo facto de não receberem salário” (Fonseca, 1997). Podiam mesmo chegar a uma posição de relevo na casa agrícola onde trabalhavam, como o “preto jacinto” do *Lavrador Setecentista* estudado pelo referido autor, e que era “uma espécie de homem de confiança do dono. Faz entregas de dinheiro em nome do lavrador a credores seus e pagamentos a criados...” (Fonseca, 1995).

Sob o ponto de vista étnico, a população escrava encontrada em Évora no século XVI distribuía-se por Negros ou pretos (50%, que incluem “da Guiné”, “não muito negra”, “preto de nação de Angola”, “preta crioula nascida nestes reinos”); Mulatos, baços ou pardos (30%; mulato é sinónimo de mulo ou macho, cruzamento de uma burra com um cavalo e acabou por ser aplicado ao mestiço); Mouros (Mouriscos e Brancos, 10%, maioria do norte de África); Indianos (chamados índios, 6%, incluindo um *Jau*, da ilha de Java; os indianos e chineses era mais valiosos e eram usados em trabalhos mais qualificados); Chineses (0,34%, os *Chinas*); e Judeus (0,34%). Há ainda a distinção entre o “negro *boçal* – escravo recentemente arrancado ao seu meio natural africano e por isso mal integrado na língua e costumes da sociedade portuguesa – ou *ladino*, já aculturado” (Fonseca, 1997).

As designações encontradas nas fontes variam entre *Escravo / escrava, cativo / cativa, Preto / preta cativa*, mas também *liberto / liberta* (Décimas, Arraiolos, 1646) e *preto / preta forra* (Évora, séc. XVI, in Fonseca, 1997), as quais nos remetem à condição de ex-escravo. No comércio de escravos, estes eram referidos por peças. Cada peça correspondia a um negro adulto, sendo meia peça o valor de uma criança ou de um

velho. A existência dos referidos libertos e forros ainda no século XVI já nos leva a concluir a possibilidade da passagem do escravo a homem livre. Apesar dos casos de negros fugidos e capturados, duramente castigados e marcados a ferro, também podemos constatar a existência (pouco quantificável) de escravos que compravam a sua liberdade pelo seu trabalho, por casamento, ou pela bondade dos seus amos que deixavam a sua alforria em testamento. Por outro lado, também vieram para Portugal alguns negros ricos no séc. XVI, que nunca chegaram a ser escravos.

A partir do Marquês de Pombal inicia-se um processo legislativo tendente a acabar com a escravatura, motivado pelas “ideias triunfantes da Revolução Francesa e o advento de industrialismo, além da acção decidida de ideólogos convictos” (Miguel, DHP, 1981). O decreto de 10/12/1836, do Visconde de Sá da Bandeira proibiu a importação e a exportação de escravos nas colónias portuguesas a sul do equador; em 1842 o Duque de Palmela assinou um tratado com o embaixador inglês Lord Howard de Walden a abolir completamente o tráfico de escravos nos territórios das duas nações; em 24/7/1856 surge a lei do “ventre livre”, que concedeu liberdade aos filhos dos escravos e finalmente em 23/2/1869 era decretada a extinção da escravatura em todos os domínios portugueses (Miguel, DHP, 1981).

Antes disto já a população escrava tinha diminuído bastante. Ferreira da Silva descreveu a evolução das várias categorias dos trabalhadores dependentes, desde os escravos, aos criados e aos assalariados, em Oeiras em 1763 (Silva, 1987) e concluiu que a feminização do trabalho doméstico coincidiu com o fim do trabalho escravo (Silva, 1987). O escravo como trabalhador agrícola permaneceu um elemento importante até aos finais do século XVIII, por exemplo na Herdade da Palma, em Alcácer e também em Grândola e no Cercal.

No Alentejo actual ainda há vestígios desta presença. Além das referências de Leite de Vasconcelos aos negros de S. Romão, à comunidade negra de Alcácer, etc., podemos encontrar outras permanências através da tradição oral e dos apelidos e alcunhas de algumas famílias. Por exemplo em Sousel, distrito de Portalegre, o apelido Maluco é muito frequente entre várias famílias das classes populares; aparentemente a sua origem remete aos descendentes de escravos das ilhas Molucas. Também o apelido *Baço*, em Nisa, remete para a classificação dada aos mulatos no século XVI, isto porque era frequente a integração no nome das alcunhas ou das classificações usadas nos registos paroquiais. Nesta região abundam as *Libertas*,

Maria Antónia Pires de Almeida

como nome próprio feminino, e as alcunhas de *Preto*, *Negro* e outras. E isto não se limita às classes populares: entre as elites era também possível encontrar elementos de tez bastante escura, o que valeu a alguns alcunhas como o *Rei Negro* (Fontes orais, Alter do Chão, meados do século XX).

Bibliografia:

Pimentel, Maria do Rosário (1995), *Viagem ao fundo das consciências: a escravatura na época moderna*, Lisboa, Colibri.

Fonseca, Jorge (1996), “Senhores e Escravos no Algarve (1580-1700)”, *Anais do Município de Faro*, nº XXVI, pp. 151-176.

Fonseca, Jorge (1997a), *Escravos em Évora no Século XVI*, Câmara Municipal de Évora (Colecção “Novos Estudos Eborenses” – 2).

Fonseca, Jorge (1997b), “Escravos em Vila Viçosa”, *Callipole*, nº 5/6, pp. 25-50.

Marques, João Pedro (1999), *Os sons do silêncio. O Portugal de oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*, Lisboa, ICS.

Miguel, Carlos Frederico Montenegro de Sousa (1981), “Escravatura”, Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 421-424.

Tinhorão, José Ramos (1988), *Os Negros em Portugal. Uma presença silenciosa*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Caminho.